

A EDUCAÇÃO NEGADA: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Ana Lucia Calbaiser da Silva*

Resenha do livro: *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. BUFFA, E.; NOSELLA, P. *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v. 17).

Ao longo de nossa vida acadêmica, nos deparamos com obras que foram publicadas há anos, mas continuam atuais. É o caso do livro *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*, de Ester Buffa e Paolo Nosella, considerado obra fundamental para aqueles que querem compreender aspectos das relações de poder que permearam o campo da política educacional brasileira no período de 1920 a 1984. Baseado no relatório final da pesquisa “A educação negada: dos sonhos dos pioneiros às promessas da Nova República”, esse livro apresenta a seguinte tese: A educação brasileira, no século XX, esteve negada ao povo brasileiro. Para fundamentar essa proposição, os autores analisam períodos históricos das políticas educacionais brasileiras que oscilam entre democracia e ditadura, elucidando discursos de “educadores” que participaram de importantes momentos das políticas educacionais brasileiras.

O prefácio do livro, elaborado por Florestan Fernandes, apresenta algumas das principais causas da negação da educação brasileira ao povo, especialmente à população excluída de grandes centros localizados no sul do país. Dentre as causas anunciadas, destaca-se o “obscurantismo educacional e cultural” (p. 9), que foi um dos principais responsáveis pelo desmantelamento da política e da educação ao longo do século XX. Neste contexto, educadores “idealistas” buscaram romper com o obscurantismo, o que gerou momentos de luta, de repressão e de silenciamento da população. No entanto, essa luta também proporcionou aspectos positivos, como a busca pelo debate, pela escola para todos, pelo fim da escola dual e pela participação popular na educação.

A obra traz ricas informações a partir da percepção de “educadores” que participaram de políticas educacionais nesses sessenta anos. Os principais temas discutidos foram: as reformas educacionais dos anos 1920, o movimento da Escola Nova, os movimentos da Educação Popular, os Acordos MEC-USAID, a lei 5.692/71, entre outros. Para tais discussões, o livro foi dividido em duas partes.

Na primeira parte os autores realizam uma breve apresentação dos “educadores” entrevistados, destacando sua atuação nas políticas educacionais brasileiras. Os entrevistados foram Joel Martins, Paulo Freire, Jarbas Gonçalves Passarinho, Durmeval Trigueiro Mendes, Valnir Chagas, Roque Spencer Maciel de Barros e Paschoal Lemme. A segunda parte expõe questões sobre a educação contemporânea (1920-1988).

Tais questões foram subdivididas em cinco itens, de acordo com o momento histórico das políticas brasileiras. Para exprimir a visão daqueles protagonistas sobre a repercussão do momento na educação brasileira, os autores acrescentaram excertos de entrevistas ao final de cada período tratado.

* Pedagoga, mestre em Educação e doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: calbaisereg@gmail.com.

No primeiro subitem, denominado de “O grande debate: 1920-1935”, o período em tela é apresentado como um “grande momento educacional em que se começa a negar formas arcaicas e persistentes do ensino e se propõe uma modernização da administração, dos conteúdos e dos métodos escolares” (p. 59). Marcado pelo processo de modernização da sociedade brasileira – resultado da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Revolução Russa (1917) –, esse período é destacado no Brasil pelas grandes reformas estaduais dos anos de 1920 e 1930; criação da Associação Brasileira de Educação (ABE, em 1924); criação do Ministério de Educação e Saúde (1930); surgimento do movimento dos Pioneiros da Educação Nova. Segundo os autores, esse período é refletido no país com a “questão da identificação político-nacional” (p. 60). Com base nas entrevistas, os autores afirmam que o esforço pela modernização da educação resulta de processos de industrialização e modernização da sociedade brasileira. A criação da ABE foi expressão mais significativa dos educadores, sendo arena importante para debates e discussões. É nesse espaço que surgiu o movimento da Educação Nova, que teve como principal instrumento o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932), sendo, ainda hoje, grande tema de debate da educação brasileira.

No segundo subitem, denominado “O debate reprimido (1935-1945)”, os autores tratam da política da educação durante o Estado Novo, que foi caracterizada pela centralização autoritária e pela profissionalização do ensino. Esta centralização diz respeito à repressão política fundamentada no discurso de combate ao “perigo revolucionário”, que visou proteger o capitalismo monopolista. Ao levantar a bandeira de anticomunista, silenciaram o debate educacional que estava ocorrendo naquele momento, perseguiram politicamente pessoas que foram consideradas ameaças ao Estado, como, por exemplo, Anísio Teixeira e Paschoal Leme. Apesar da repressão deste ambiente centralizador e autoritário,

algumas ações foram realizadas em prol da educação, como a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 1938). No âmbito da educação profissional criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, 1942), o Serviço Social da Indústria (SESI, 1943) e várias escolas técnicas federais. A preocupação com a educação profissionalizante pautou-se na lógica do capital, ou seja, para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho nacional que estava crescendo com a industrialização do país. Neste sentido, esse período é marcado por fortalecer a educação dual, que se estratifica de acordo com os critérios socioeconômicos.

O terceiro subitem, denominado como “A volta do debate (1946-1964)”, refere-se ao período marcado pelo término do Estado Novo, pelo fim da Segunda Guerra Mundial e redirecionamento do combate que outrora esteve pautado em “[...] forças democráticas aliadas *versus* fascismo, pela oposição forças ocidentais capitalistas (EUA) *versus* forças orientais socialistas.” (p. 114), que repercutiu no Brasil na luta contra o comunismo, resultando na clandestinidade do Partido Comunista Brasileiro. Apesar do contexto repressor, houve uma cautelosa, mas fervorosa, volta do debate sobre a educação, pautada na defesa da escola pública contra interesses de iniciativas particulares. Mesmo com esse debate, as forças conservadoras foram vitoriosas com a promulgação, em 1961, da Lei de Diretrizes e Bases, a qual possibilitou “que recursos públicos fossem destinados às escolas particulares” (p. 116), permitindo, assim, a privatização do ensino. É nesse contexto que começaram a florescer os movimentos socioeducacionais, como o Movimento de Cultura Popular (MCP), os quais buscavam organizar as massas populares por meio de discursos ideológicos em que se questionavam a estrutura social vigente, a qual compreendia que a “cada homem correspondia um voto” (p. 117). A despeito desse discurso, os autores afirmam que “o populismo

não era só manipulação de massas. Era um movimento ambíguo que, ao lado dessa manipulação, conviveu com objetivos de independência nacional e de realização de uma sociedade igualitária” (p. 118).

Diferentemente do debate que ocorrera com os Pioneiros da Educação Nova, como vimos acima, nesse período o debate acontecia em uma sociedade que estava consolidando e expandindo sua industrialização. Nesse panorama é que ocorrem discussões sobre a profissionalização do ensino, as influências ideológicas do marxismo invadindo os movimentos de esquerda, a busca pela sistematização do conhecimento científico-acadêmico, ampliando o debate entre educadores. A chamada “Revolução de 1964” interrompeu, mais uma vez, o debate que estava se formando no seio da educação brasileira.

No quarto subitem, denominado “O debate novamente reprimido (1964-1984)”, é apresentado o panorama em que as discussões sobre a educação foram silenciadas, os movimentos da educação popular extinguidos e a literatura marxista foi perseguida. Tudo em prol da ordem e da defesa do capitalismo monopolista que estava sendo questionado pela sociedade. Nos excertos das entrevistas percebe-se que enquanto alguns educadores aplaudiram a nova ordem que estava sendo estabelecida, outros foram cassados, torturados e exilados, em outras palavras, se para alguns “educadores”, como Jarbas Passarinho, essa “revolução” foi concebida como inevitável para a reestruturação da ordem, para outros tal movimento revelou-se como bárbaro. Diante da situação, o movimento estudantil continuou sua luta. Denúncias dos acordos MEC- USAID foram constantes, conforme afirma Joel Martins. Nesse clima fervoroso é que aconteceu a Reforma Universitária (1968), a fixação da LDB 5.692/71 e a criação do Mobral¹. Segundo os autores, “os idealizadores do Mobral, assim como os da Lei nº 5.692/71, admitidas suas boas intenções, cometeram o

equivoco de acreditar que é possível educar o cidadão à revelia da situação econômico-política [sic] do país” (p. 145). Convém ressaltar que concordamos com os autores nesse sentido, uma vez que a educação não possibilitará a mudança social que tanto almejamos se continuarmos reproduzindo uma sociedade excludente, dentro de uma lógica de lucro desenfreada que cresce à revelia da miséria do povo.

Apesar das grandes repressões que envolveram o país naquele momento, a crise econômica eclodiu e, com ela, muitos trabalhadores organizados em associações e sindicatos foram adquirindo consciência sobre questões políticas e econômicas, o que resultou em inconformismos que propiciaram, juntamente com outros fatores, a busca pelo debate, pela democracia e pela Nova República. Essa questão é tratada no subitem cinco, denominado “E o debate continua: até quando?”. Apesar do clima democrático, os entrevistados apresentam descrédito em relação a essa nova República, seja por cautela, ingenuidade ou, até mesmo, ressentimentos. Como exemplo, apresentamos a fala de Durmeval Trigueiro Mendes ao ressaltar que “são figurantes novos na cena política com a mesma oligarquia de outrora [...], sem um projeto coerente, articulado e dinâmico” (p. 172). Apesar desse descrédito geral, percebemos que o debate é novamente aberto, ampliando-se em vários setores sociais.

A sociedade não é mais aquela da década de 1960 ou 1980 e, como os autores afirmam, a alternância histórica entre debates abertos e reprimidos não significa uma reprodução do período anterior, ou “um vaivém mecânico e sem sentido” (p. 175). A sociedade sofre alterações, mudam-se as relações, as condições socioeconômicas são transformadas. Nesse contexto, surge a questão: qual tipo de debate nossas políticas apresentam agora? A essa pergunta, temos que lembrar que a negação de uma educação para o povo está traduzida nos altos índices de evasão e

repetência, na gama de estudantes formados com baixo nível de alfabetização e letramento e nos índices de analfabetismo ainda presentes em nosso país.

Se houve avanços? Percebemos que sim. Afinal, como Paschoal Lemme indicou, devemos observar como estava a educação brasileira no passado. Assim, recomendamos a leitura dessa obra para percebermos que os avanços das políticas educacionais que conseguimos são os primeiros passos em busca de uma educação de qualidade para todos. Dessa forma, poderemos modificar essa lógica que ainda se faz presente na educação: a sua negação ao povo brasileiro.

NOTAS

- ¹ Movimento Brasileiro de Alfabetização, política educacional para alfabetização de jovens e adultos com grande investimento do governo militar, que buscava reduzir substancialmente a taxa de analfabetismo no país, mas que não gerou os resultados esperados, conforme indica Jarbas Passarinho, que justificou esse fracasso pelo fenômeno da regressão.

Enviado em 28 de agosto de 2014.

Aprovado em 20 de dezembro de 2014.